



SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
Gerência de Auditoria Interna

Rua Boa Vista, 236, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-000
Telefone: (11) 3396-6862 - www.sptrans.com.br

Ata de Reunião

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans
CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5

CONSELHO FISCAL
Ata nº CF 012/21

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da São Paulo Transporte S/A, realizada em 16 de dezembro de 2021.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo Único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei das Estatais, reuniram-se, por meio de videoconferência, os Membros do Conselho Fiscal desta Companhia, que esta Ata subscrevem.

Pela competência e visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião a Srta. Lúcia Helena Rodrigues Capela, Chefe de Gabinete da Presidência; o Sr. Anderson Clayton N. Maia, Diretor de Administração e Infraestrutura; a Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeira; a Sra. Jeanete de Lazare Laginhas, Superintendente de Planejamento Estrutural e Avaliação de Transporte; o Sr. Mauro José de Araujo Lima, Gerente Contábil; o Sr. Claudio Roberto Rodrigues, representante da Gerência Contábil; a Sra. Jesuina Florencio, Gerente de Auditoria Interna o Sr. Pedro de Amorim Lopes, representante da Auditoria Interna

1. Pendências da reunião de novembro/2021:

- **Atualização das informações sobre as providências visando à quitação de valores a receber**

junto à SMT.

A Sra. Selma Quaresma atualizou que houve um avanço, esclarecendo que conversou com a Secretaria e o valor de 17 milhões que foram reconhecidos, o SMT encaminhou à Fazenda e eles ofereceram uma contrapartida parcial; que a Fazenda devolveu sem apreciar e sugeriu que nos oferecemos contrapartida no valor integral para que ela aprovasse; que a SMT está buscando nas dotações orçamentárias esse valor, porém, a Sra. Selma antecipou que não iremos conseguir o valor de 17 milhões para oferecer como contrapartida, pois não temos essa disponibilidade nas dotações, porém, mesmo assim a SMT está procurando dentre as dotações o valor máximo que possamos oferecer como contrapartida parcial e contra-argumentar com a Fazenda que, a diferença possa ser revista no próximo ano.

Perguntado pelo colegiado a Sra. Selma esclareceu que dos 108 milhões, alegados pela companhia como valores a receber da SMT, esta reconheceu até o presente 17 milhões como valor devido e é para a liberação destes 17 milhões que estamos buscando dotações conjuntamente com a SMT, verificando quais dotações eles não utilizarão para oferecer como contrapartida, objetivando a liberação desses recursos para a SPTrans, sendo que os demais valores a SMT encaminhou à PGM dizendo que os valores estão prescritos e, para esses valores continuamos com o enfrentamento junto à mesma.

O colegiado, aproveitando a mesma linha o colegiado indagou se a companhia obteve algum retorno referente ao valor correspondente a alienação de bens de capital, onde existe a divergência de opinião entre a empresa e a o COGEAI sobre a liberação dos 22 milhões a serem liberados, a fim de que a empresa possa fechar as contas anuais e a Sra. Selma Quaresma respondeu que houve uma evolução; que na ocasião precisávamos do valor de 22.620 milhões e oferecemos 20 milhões como contrapartida e o valor foi liberado; que foi para a JOF a solicitação do valor restante de 2.620 milhões e que este valor a JOF não autorizou; que por outro lado, tivemos a revisão do acordo coletivo, onde foi negociado um percentual menor, a nossa necessidade diminuiu, portanto, o valor liberado de 20 milhões será o suficiente para concluirmos as atividades do ano, sem a necessidade de utilização dos 3,5%.

Pauta de dezembro/2021:

- 1. Apresentação pela DT/SPA – Sra. Jeanete de Lazare Laginhas, referente às propostas para o Compromisso de Desempenho Institucional - CDI 2022-2026.**

A Sra. Jeanete iniciou a apresentação esclarecendo que antes de falar propriamente do CDI, gostaria de contextualizar sobre o compromisso que temos com a prefeitura no âmbito do planejamento estratégico da SPTrans; que quando se fala de CDI tratamos de dois aspectos, pois o planejamento estratégico é mais uma questão de longo prazo, de 05 anos de vigência; que o ultimo tem uma vigência de 2017 a 2021e temos o planejamento tático, onde a empresa estabelece seus compromissos bianuais, ou seja, de 02 anos com o COGEAI; que o nosso compromisso vigente é para 2021/2022; que ambos os compromissos foram revisados e encaminhados para avaliação e aprovação

do COGEAI; que fará uma explanação de como se deu a revisão do plano estratégico cuja vigência termina no final do ano de 2021 e agora irá para um novo ciclo de 2022/2026 e que essa revisão compreende uma nova análise identificação nossas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da empresa, no que concerne aos ambientes interno e externo e, a partir daí é feita a revisão da nossa missão e visão de onde queremos chegar e quais seriam os objetivos estratégicos da companhia para atingirmos esses objetivos; que realizamos as revisões pertinentes e as deixamos mais objetivas, tomando por base que a SPTrans existe para assegurar um transporte público sustentável, inclusivo, que proporcione deslocamentos de qualidade com segurança e eficiência para os usuários; que compatibilizando com nosso plano estratégico que irá até 2026, queremos ser reconhecidos até lá pelos usuários e pela população de um modo geral, como uma empresa de excelência na gestão do sistema e é com esse intuito que iremos trabalhar nos próximos anos; que para alcançar essa meta nossos objetivos são aumentar a qualidade dos serviços com priorização do espaço viário do ônibus, o que é fundamental para reduzir tempo de viagem e colaborar com a qualidade de vida da população; melhorar toda a infraestrutura do sistema na questão de terminais, corredores, segurança, regularidade do serviço, conforto ao usuário, ou seja, com foco no nosso cliente esses são os nossos objetivos e, pensando no âmbito interno, enquanto empresa quanto aos nossos processos, nosso objetivo é a modernização dos mesmos; que temos que estar alinhados às novas tecnologias que estão surgindo no mercado, pensando sempre a produtividade dos nossos processos e na efetividade dos resultados; que precisamos também valorizar o nosso corpo técnico e desenvolver toda uma infraestrutura física e tecnológica que dê suporte a tudo isso; que temos que pensar também na questão da nossa imagem perante o público, ou seja, como a população nos vê e para isso queremos consolidar uma imagem de excelência e inovação da SPTrans na gestão do sistema que é o nosso principal negócio, propiciando sobretudo soluções que possam melhorar a mobilidade da população e fortalecer a comunicação da SPTrans com o usuário e, com relação a questão financeira, que é importantíssima, devemos sempre estar buscando esse ponto de equilíbrio entre receitas e despesas da companhia, portanto, na revisão do nosso plano estratégico, refizemos o mapa estratégico para 2021/2022 e é com base neste mapa (missão, visão e objetivo) que iremos materializar isso através das nossas metas; que a SPTrans está sujeita a todas as diretrizes que vem da administração pública e dos seus planos e políticas para o transporte coletivo, então o alinhamento estratégico é pegar tudo que já está estabelecido pela administração pública para o transporte e definir nosso conjunto de metas; que resumidamente, quando vamos pensar o nosso plano estratégico precisamos considerar todas as diretrizes, principalmente na questão da infraestrutura que já estão previstos nos planos da administração pública tais como corredores, terminais, etc.; que esses planos começaram a ser revisadas pela administração e a última versão é a de 2015 com perspectiva de quem 2024 essa revisão esteja concluída; a Sra. Jeanete informou que é a área dela que acompanha essas revisões e com isso tem a facilidade de posicionar a diretoria sobre eventuais alterações; que outra coisa em que o plano estratégico tem que se basear são nas diretrizes da própria prefeitura e no plano de metas desta, ressaltando que o plano foi publicado no final de junho/21 e com isso já sabemos quais são os objetivos da prefeitura e uma inclusão importante que houve nesse plano foi a inclusão dos objetivos de desenvolvimento sustentável, chamados de objetivos ODS da prefeitura; que lá foram traçados objetivos, que ainda não são metas quantificadas, mas que já há uma perspectiva, então já trouxemos isso para o nosso plano estratégico; que ainda não temos uma diretriz de quanto temos que aumentar ou reduzir determinado objetivo, mas já estamos trazendo para transformar num indicador e que na hora que chegar para nós como uma meta mensurável ou objetivo já estejamos preparados; que esses objetivos são os de longo prazo que temos e irão até 2030; que outra coisa que veio de 2020 para cá foi o plano de segurança viária, que já foi publicado e temos metas que foram desdobradas da SPTrans; que na sequência temos o nosso CDI; que temos também o nosso programa de participação nos resultados PPR com proposta para 2021/2022 que também consta considerado em nosso plano estratégico; que consta também a questão da gestão dos novos contratos de concessão que trazem uma série de itens a serem controlados e são bem diferentes dos contratos anteriores e que todas as áreas da empresa tem indicadores a serem controlados e prestar conta destes e que são na realidade

metas para cada área e tudo isso tem que ser considerado; que na análise efetuada pela empresa para revisar o plano estratégico do CDI quando verificamos as ameaças, forças, fraquezas e oportunidades, temos que considerar que não é só um diagnóstico pois, se eu tenho uma fraqueza ela tem que ser trabalhada pois, ou ela vira um risco e ela tem que ser levada para minha gestão de risco ou eu tenho que fazer daquilo uma meta a ser superada e se eu tenho uma oportunidade ela tem que ir direto para o plano de metas, esclarecendo que esse trabalho foi feito internamente, ou seja, temos que superar nossas fraquezas e aproveitar as oportunidades que vislumbramos; que fizemos todo esse alinhamento e associamos a cada objetivo estratégico nosso as nossas metas e projetos; que o resultado de todo esse trabalho é trabalhar até 2024, 91 (noventa e uma) metas e projetos associados a cada objetivo estratégico que estabelecemos e, na distribuição feita ao longo dos anos, sendo o mais carregado 2022, com acompanhamento mensais e revisões anuais, esclarecendo que sempre poderá haver um número maior de metas porque isso não é estático, então é o nosso plano de saída para podermos atender tudo que foi analisado até esse momento e que tem que ser atendidos até 2024; que é feito um cruzamento entre os objetivos estabelecidos pela prefeitura e os da empresa para estabelecimento das nossas metas; que especificamente com relação ao CDI, quando falamos do plano tático tem 5 compromissos que temos que firmar separadamente; que temos toda a parte de fluxo de caixa, incluindo pessoal, que se desdobra das metas já comentadas e que são tratadas pela diretoria e chefia de gabinete; que os compromissos de investimentos firmados para o biênio 2021/2022 estão sendo revisados e alimentados com os planos de ação e estarão totalmente prontos em janeiro/2022 e os resultados já poderão ser acompanhados via sistema e mostrou como o mesmo se encontra no momento, mostrando quais investimentos estavam previstos e o que foi alterado, como por exemplo os novos investimentos para a sala segura, para o novo centro de controle, modernização de estações de trabalho, modernização de corredores, modernização do sistema de bilhetagem eletrônica, entre outros.

Fazendo uso da palavra a Srta. Lúcia Capela, Chefe de Gabinete pontuou a importância de expor ao Conselho Fiscal sobre essas metas e compromissos firmados, uma vez que elas impactam de forma financeira na empresa, ou seja, com pouquíssimas exceções, a maior parte pode ter desdobramentos financeiros e por isso era importante que o Conselho Fiscal tivesse conhecimento do nosso Compromisso de Desempenho Institucional – CDI.

O colegiado agradeceu a Sra. Jeanete pela esclarecedora apresentação com relação ao CDI da empresa, que se mostra bastante ambicioso, pontuando que se a companhia conseguir vencer todos os compromissos nos prazos, isso caracterizará uma evolução importantíssima para o transporte coletivo sobre pneus na cidade de São Paulo, concordando que a grande questão para o Conselho Fiscal é em relação aos desembolsos; que a companhia está pactuando com o acionista controlador um CDI que é muito voltado para o investimento, para despesas de capital e, para que a companhia possa cumprir com esse CDI, o próprio acionista controlador tem que dar condições financeiras para que a empresa possa cumprir com esse plano de investimentos, fornecendo dotação orçamentária suficiente para que a empresa possa efetivamente cumprir seus planos de investimento e despesas correntes.

O colegiado questionou se, para 2022 já existe previsão orçamentária para efetuar todas as obras previstas no cronograma e foi pela Srta. Lúcia Capela que para boa parte sim; que para vários investimentos comprometemos os 50 milhões que o DECAP quer que sejam utilizados para despesa corrente, porém, já estão previstos para utilização em investimentos; que o SMGO é financiado pela própria concessão, ou seja, já tem recursos reservados; que o projeto do CDI foi feito em conjunto com o orçamento.

Fazendo uso da palavra a Sra. Selma Quaresma esclareceu que a proposta orçamentária da companhia que foi encaminhada à Fazenda, contempla todos os investimentos, entretanto, o valor que a Fazenda passou para aprovação da Câmara dos Vereadores foi menor que o solicitado; que na audiência pública a SPTrans brigou por esses recursos, mas ainda não temos o resultado da LOA para saber se nosso pedido foi atendido ou não.

O colegiado evidenciou que tem que ser deixado muito claro que a cada vez que a empresa renegocia ou repactua um CDI, a empresa sempre é repreendida pelo DECAP ou COGEAI por conta dessa repactuação, só que tem que repactuar se o acionista majoritário não nos der condições financeiras de cumprir o acordado. Que, para o Conselho Fiscal o cumprimento do CDI, assim, como o cumprimento de qualquer plano de investimento da companhia, precisa estar alinhado com as possibilidades de forças orçamentárias que a companhia tem e que se, dentro da construção financeira que vem sendo executada pelo acionista controlador em termos de financiamento da companhia, se essa condição não for suprida, evidente que o CDI também não o será e, isto deve ficar muito claro no momento de qualquer repactuação.

O colegiado questionou ainda sobre o equilíbrio econômico financeiro do sistema de transporte sobre pneus da cidade de São Paulo, se houve algum avanço nas tratativas para recomposição tarifária para 2022 ou ainda não há nada de concreto e foi respondido que a resolução da questão está a cargo da prefeitura; que a SPTrans só apresenta os estudos esclarecendo que a tarifa precisa ser recomposta e isso já foi feito, mas a decisão cabe a eles e nós ainda não temos nenhuma informação a esse respeito.

O colegiado consigna que está ciente do CDI e vê com ótimos olhos o plano de investimento e muito relevante o compromisso da SPTrans no sentido de buscar forças que contribuam com soluções para o equilíbrio econômico da conta Gestão, mas o colegiado vê como inafastáveis as responsabilidades do acionista majoritário nesse papel, pois se a companhia não tiver uma dotação orçamentária suficiente para a SPTrans investir, o colegiado prevê possíveis obstáculos para o cumprimento do CDI.

2. Ciência das atas de Reunião de Diretoria referentes ao mês de novembro/2021.

1. A Srta. Lúcia Capela procedeu a explanação dos pontos relevantes esclarecendo que, na reunião de 04/11/21, houve a decisão da diretoria sobre o pagamento da primeira parcela da participação dos resultados; que as negociações coletivas estão atrasadas pois 2020/2021 e 2021/2022, ainda não tiveram Acordo Coletivo assinados e, como existe uma cláusula no acordo de 2019/2020 dizendo que as cláusulas permanecem vigentes até que um novo Acordo seja assinado, então a SPTrans estaria devedora do PLR e, como as metas já estavam fechadas e já haviam passado pelo Conselho de Administração, a diretoria entendeu como prudente pagar a primeira parcela do que deixar tudo acumulado para maio/2022; que então, a parcela foi paga no valor de 2019/2020 e eventuais reajustes serão pagos na segunda parcela, mantendo dessa forma o cumprimento do acordo coletivo que está vigente.
2. Na reunião de 09/11/21, foi deliberado sobre multas de Resam, que é o regulamento de sanções

e multas da concessão e que ficou suspenso por um longo período por conta da pandemia e que agora voltou a ser aplicado; que havia um saldo referente a 2020 que não havia sido cobrado das empresas e que no caso de algumas delas o valor acumulado era muito alto, o que inviabilizaria a operação das mesmas, sendo assim, a diretoria aprovou que se fizesse um ofício à SETRAM, para deliberação, com a sugestão de parcelamento dessa dívida ao longo de um tempo razoável, uma vez que é o órgão com poderes para tal.

3. Em mesma reunião de 09/11/21, foi deliberado sobre um contrato significativo, de caráter emergencial, referente a serviços de informática no valor de 2,358 milhões; que este contrato faz o monitoramento de segurança do sistema para evitar a ação de hackers no nosso sistema de bilhetagem e é um contrato que tem sido muito efetivo para evitar ataques; que optou-se por uma segunda contratação emergencial nesse sentido e agora vamos para um compromisso da diretoria de gestão de fazer um edital para uma contratação mediante licitação desse tipo de serviço; que além disso, a equipe da informática apresentou o cronograma do Data Center, que também é um contrato de valor muito expressivo, que comporta todos os dados da bilhetagem; que esse edital já foi publicado anteriormente, porém, o TCM parou e, estamos revendo essa contratação e, como teria que ser feito um novo emergencial em dezembro/21, a área de informática apresentou para a diretoria um cronograma demonstrando quais os próximos passos para que se possa efetivar realmente essa contratação.
4. Outro item da reunião de 09/11/21, foi que a diretoria avaliou algumas das metas da SPTrans que são da prefeitura mas que estão a cargo da companhia e que estavam soltas dentro da empresa, sem a designação de um responsável pelo seu cumprimento, como por exemplo, a meta do aquático, ~~de~~ sistema hidroviário da represa Billings, como envolve muitas áreas, necessitava saber quem encabeçaria os projetos, ou seja, foi definido dentre as diretorias quem encabeçaria os trabalhos em cada uma das metas a serem alcançadas.
5. Na reunião de 18/11/21, foi renovado o contrato da Central Nacional Unimed, que é o contrato de plano de saúde dos empregados, obrigação da Companhia frente ao Acordo Coletivo vigente.
6. Em mesma reunião houve a discussão sobre o tema teletrabalho; que a SPTrans em reunião de diretoria em 2020 determinou como regra a adoção do teletrabalho permanente para pós-pandemia, o qual envolve uma série de regras, sendo assim, seria preciso divulgar as normas para que os empregados soubessem o que mudaria a partir de então e algumas questões precisavam ser deliberadas pela diretoria, como por exemplo se cargo de confiança poderia fazer o teletrabalho, quantos dias as pessoas poderiam vir na empresa, se seria uma regra fixa ou não, se poderia haver diferença dentro de uma mesma área do número de dias presencial, algumas questões sobre mobiliário, entre outras; que no dia 03/12/21, foi divulgada a Norma e Procedimentos, com 30 dias de antecedência para conhecimento dos empregados dos critérios estabelecidos para a partir de 03/01/22, a empresa entrar no regime de teletrabalho permanente.

7. Na reunião de 23/11/21, houve uma contratação, que apesar do valor não ser tão significativo (63 mil reais), se faz relevante porque é para a montagem de bancadas de Call Center, esclarecendo que temos o atendimento deste serviço no Complexo Santa Rita, para o qual houve recomendação do Ministério do Trabalho, o que torna contrato relevante para evitar uma futura autuação por parte do Ministério de Trabalho, por estarmos nos adequando às diretrizes por ele determinadas; que o outro contrato foi a renovação da assistência odontológica e o último item foi que o Dr. Luciano, Superintendente Jurídico, informou sobre os três processos que poderiam gerar penhora em conta; que referente as empresas Viação Cidade Tiradentes e Santo Amaro, o STF pacificou que devem ser pagos por precatório, ficando pendente apenas o da Norte Bus.

Sobre esse assunto posto em RD de 23/11, a Srta. Lúcia Capela adiantou que no dia 30/11/21, houve o julgamento pelo STF e o Ministro Alexandre de Moraes, esclareceu aos presentes o que é a conta gestão e a conta sistema, tendo sido julgado o Recurso do Município e SPTrans que, por maioria de votos determinou que também a empresa Norte Bus seja paga por meio de precatório judicial, garantindo assim, a isonomia entre os credores da Companhia. Com isso, resta afastado todo o risco de penhora das contas da companhia, pois os valores somados ultrapassariam os 100 milhões de reais.

O colegiado agradeceu a excelente explanação da Srta. Lúcia Capela e parabenizou a empresa pelas evoluções positivas alcançadas em todas estas questões tão relevantes.

3. Ciência da Ata do Conselho de Administração nº CA/015/21, 26/10/2021.

1. A Srta. Lúcia Capela procedeu a explanação esclarecendo que nesta reunião o CAE pontuou a questão da gestão de riscos e dos riscos críticos que a SPTrans tem e sobre a recomendação sobre o plano de ação para mitigação destes; que temos uma área só para cuidar do tema e que temos evoluído bastante nesta questão.
2. Que foi aprovada a política de segurança da informação, a qual foi estruturada abrangendo recursos humanos segurança física do ambiente, gestão de ativos, gestão da informação, controle de acesso, monitoramento, auditoria e inspeção, aquisição/desenvolvimento/manutenção de sistema de informação e gestão de incidentes de segurança, enfatizando que a política é bem robusta e que é o primeiro passo para o desenvolvimento dessa política na empresa.
3. Que foi apresentado ao Conselho o resultado da redução de despesas em cumprimento ao decreto 60.041/20, que dos 82 contratos vigentes, 69 passaram por processo de renegociação e 34 foram renegociados, gerando uma economia de 10,5 milhões de reais e em termos percentuais 3,6%.

4. Outro item foi a abertura para as negociações referente ao acordo coletivo 2021/2022, onde o Conselho aprovou que fosse realizada uma negociação com valor inferior ao teto autorizado pela JOF de 7,79% e se fosse necessário, para que a negociação andasse, que fosse dado um valor mais alto nos benefícios, para que houvesse economia com a Contribuição Previdenciária Patronal e o pagamento da folha de aposentados e, que a negociação deveria primeiro ser feita com o sindicato para posterior encaminhamento ao COGEAL.

Foi comunicado que as negociações se deram como sugerida pelo CONSAD e que foi fechada em 6,76% nos salários e de 12% para VA e VR, que linear dá 7,1%, ou seja, m

5. Acompanhamento do orçamento anual que é justamente a apresentação que a Sra. Selma Quaresma faz em todas as reuniões do CF.

O colegiado agradeceu pelo excelente resumo da reunião do CONSAD.

4. Exame do Balancete referente ao mês de Outubro de 2021.

Tendo sido respondidos todos os questionamentos pelo Sr. Mauro, Gerente Contábil, o colegiado deu como acolhidas as contas e aprovado o balancete da companhia referente ao mês de setembro/21.

5. Análise do Relatório de Acompanhamento dos dados realizados da execução orçamentária relativa ao período de Janeiro a Novembro de 2021.

A Sra. Selma Quaresma, Superintendente Financeira, iniciou a apresentação esclarecendo que a inflação acumulada no ano continua subindo e esta em 9,12%; que a tarifa ainda se encontra no mesmo patamar de R\$ 4,40; que os passageiros transportados tiveram um aumento de 4% em novembro e estão subindo de forma gradativa; que para os passageiros transportados em relação a 2019 houve uma queda de 25%, com uma redução em torno de 998 milhões de passageiros sendo que, em relação a 2020, houve um crescimento de passageiros em torno de 19%.

Informou que, em relação não houve uma alteração substancial nos demais itens; que os idosos continuam no percentual de 11%; que houve aumento na aquisição de bilhetes comuns, o que vem de encontro e é condizente com o aumento de passageiros transportados.

Prosseguiu com a apresentação do resumo do sistema, onde destacou o aumento na receita total de 6%, com receita de créditos eletrônicos e catraca; que o recurso que envolve as compensações tarifárias teve uma queda de 13%, por conta de termos recebido em novembro somente 250 milhões de reais, valor abaixo da nossa necessidade do mês, ou seja, viramos o mês de novembro para dezembro com um déficit e a projeção é que a virada do ano se dará ainda com déficit.

Prosseguiu com a exposição detalhada sobre os itens de atende, ressaltando o cumprimento do TAC, desembolsos, entre outros.

Ao final da apresentação, o colegiado agradeceu a Sra. Selma pela apresentação e pontuou que a evolução das despesas está dentro do esperado, devido ao atual momento; que o colegiado está muito satisfeito com a evolução da gestão financeira da companhia dados todos os desafios enfrentados, parabenizando a todos pelo ótimo trabalho.

6. Encerramento da reunião.

Cumprida a pauta previamente estabelecida, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, diante da ausência de qualquer manifestação, esta reunião foi declarada encerrada às 12h15 e, para o devido registro, foi lavrada esta Ata, que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Membros deste Conselho Fiscal presentes à reunião, para subsequente publicação.

RAFAEL BARBOSA DE SOUSA
Presidente do Conselho Fiscal

PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO
Membro do Conselho Fiscal

THIAGO RODRIGUES LIPORACI
Membro do Conselho Fiscal



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Barbosa de Sousa, Usuário Externo**, em 28/01/2022, às 14:47, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Di Donato Firmino, Conselheiro(a) Fiscal**, em 31/01/2022, às 19:13, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO RODRIGUES LIPORACI, Usuário Externo - Cidadão**, em 07/03/2022, às 23:37, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **057961358** e o código CRC **FC3D18A0**.